



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO: 28/11/2017

57 TC-002288/026/15

Prefeitura Municipal: Angatuba.

Exercício: 2015.

Prefeito(s): Carlos Augusto Rodrigues de Moraes Turelli.

Advogado(s): Gianpaulo Baptista (OAB/SP nº 177.061), Cintia Nuciene Sarti de Souza Pinheiro (OAB/SP nº 339.619) e outros.

Acompanha(m): TC-002288/126/15 e Expediente(s): TC-032124/026/16 e TC-001010/026/17.

Procurador(es) de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

Fiscalizada por: UR-16 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-16 - DSF-I.

1. RELATÓRIO

1.1. Em apreciação, as **CONTAS ANUAIS** atinentes ao exercício de **2015**, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA**.

1.2. A fiscalização foi realizada de maneira seletiva, nos termos previstos no artigo 1º da Resolução nº 01/2012 e no TC-A-39.686/026/15, tendo sido precedida do acompanhamento anual pela Unidade Regional de Itapeva – UR/16, que na conclusão de seu relatório de fls. 67/117, apontou falhas nos seguintes tópicos:

ITEM 1.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- ✓ Déficit da execução orçamentária com consequente aumento do déficit financeiro do ano anterior;
- ✓ Insuficiente Planejamento Orçamentário, tendo em vista o alto índice de alterações orçamentárias no período, bem como abertura de Créditos Adicionais sem lastro;
- ✓ Contabilização incorreta pela Prefeitura Municipal referente à devolução de duodécimos pela Câmara Municipal;

ITEM 1.2 - RESULTADOS ECONÔMICO, FINANCEIRO E SALDO PATRIMONIAL

- ✓ Déficit financeiro e econômico;
- ✓ Diminuição do saldo patrimonial;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



ITEM 1.3.1 - DÍVIDA DE CURTO PRAZO

- ✓ A Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo;

ITEM 1.3.2 - DÍVIDA DE LONGO PRAZO

- ✓ Aumento da dívida de longo prazo em 16,29%;

ITEM 2.1 - CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

- ✓ Não comprovação da participação popular nas audiências públicas realizadas pela Prefeitura Municipal;

ITEM 3.1 - ENSINO

- ✓ Sucessivos descumprimentos das Recomendações do Tribunal de Contas em fazer a correta contabilização dos recursos do ensino decorrentes de fonte estadual (02) e federal (05);

ITEM 3.1.2 - DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

- ✓ O Município não vem atingindo as notas previstas no IDEB;

ITEM 3.1.3 - ACOMPANHAMENTO DO ENSINO 2015 - CICLO I DO ENSINO FUNDAMENTAL

- ✓ Jornada extraclasse inferior a 33,33%;
- ✓ As pautas dos assuntos que são discutidos nos encontros de trabalho docente são divulgadas apenas no início das reuniões;
- ✓ Alto percentual de não participação em cursos e eventos voltados à formação continuada;
- ✓ Avaliação negativa e/ou apenas razoável quanto à oferta de capacitação de docentes;
- ✓ 48,53% dos profissionais informaram que a SME não ofereceu nenhum evento de formação continuada;
- ✓ 19,12% dos professores consideram que o Plano de Carreira atual não os estimula a permanecer na rede de ensino e a se aperfeiçoar;
- ✓ Alta rotatividade de professores;
- ✓ Professores sem a formação acadêmica necessária;
- ✓ 71,96% dos professores com jornada de trabalho acima de 40 horas semanais;
- ✓ Nenhuma escola pesquisada possui toda a quantidade de itens de instalação física recomendada pelo Conselho Nacional de Educação;
- ✓ Turmas com mais 24 alunos por sala de aula;
- ✓ A relação aluno/área da sala de aula recomendada pelo MEC não foi respeitada;
- ✓ Condições insatisfatórias de instalações prediais das escolas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



- ✓ A EMEIF Professora Maria Isabel Lopes Oliveira não possui condições satisfatórias de abrigar estudantes em salas de aula;

ITEM 3.2 - SAÚDE

- ✓ Sucessivos descumprimentos das Recomendações do Tribunal de Contas em fazer a correta contabilização dos recursos da saúde decorrentes de fonte estadual (02) e federal (05);

ITEM 3.2.2 - DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À SAÚDE

- ✓ Não houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde;
- ✓ Não comprovação da participação popular nas audiências públicas quadrimestrais da Saúde;

ITEM 3.2.3 - ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE 2015 – FISCALIZAÇÃO SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DA DENGUE

- ✓ Não atendimento da totalidade dos requisitos previstos pelas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue (MS, 2009), e pelo Programa de Vigilância e Controle da Dengue (SES/SP, 2010);

ITEM 5 - ENCARGOS SOCIAIS

- ✓ Não foi recolhido o montante de R\$ 3.905.000,00 (66,45% do valor devido) a título de compensação de INSS;
- ✓ As compensações ocorreram de forma unilateral, feitas sem a manifesta concordância da Receita Federal ou da Justiça;

ITEM 5.1 - DESPESAS COM ASSESSORIA E/OU CONSULTORIA PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS

- ✓ Inobservância ao disposto no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93 c/c a Súmula nº 13 deste E. Tribunal de Contas;

ITEM 9 - CONTROLE INTERNO

- ✓ A responsável pelo controle interno não ocupa cargo efetivo na Prefeitura Municipal;
- ✓ Restou prejudicada a efetividade do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal, tendo em vista a elaboração de relatórios apenas pró-forma;

ITEM 12 - ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES DO TCESP

- ✓ Reiterado desatendimento às Determinações e Recomendações;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



ITEM 14.1 - EXECUÇÃO CONTRATUAL

- ✓ Não há controle satisfatório sobre a prestação de serviços de transporte escolar acarretando precariedade na liquidação dessas despesas;
- ✓ Possível pagamento a maior de R\$ 1.413.453,82 à empresa contratada através dos Contratos nº 10/2014 e nº 143/2014, durante o exercício de 2015;

ITEM 14.2 - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS ENCAMINHADOS AO SISTEMA AUDESP

- ✓ Recorrente deficiência na qualidade das informações enviadas ao Sistema AUDESP, uma vez que os dados informados não retrataram a realidade da Prefeitura Municipal.

1.3. CONTRADITÓRIO

Devidamente notificado, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 (fls. 119), o **responsável** apresentou esclarecimentos de fls. 132/180, anexando documentos às fls. 181/217.

1.4. MANIFESTAÇÕES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

A unidade de Economia da ATJ desconsiderou o ajuste efetuado pela Fiscalização referente à compensação previdenciária para efeito da análise dos demonstrativos. Mesmo assim opinou pela emissão de **parecer desfavorável** devido ao elevado patamar em que ocorreram as alterações orçamentárias (fls. 218/219).

A unidade Jurídica concordou com sua congênere, sugerindo análise da mencionada compensação em autos específicos (fls. 220/226). A Chefia de ATJ endossou o entendimento pela emissão de **parecer desfavorável** (fls. 227).

1.5. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

No mesmo sentido, o **D. Ministério Público de Contas** manifestou-se pela emissão de **parecer desfavorável** aos demonstrativos (fls. 228/235), devido às falhas nos itens 1.1, 1.2, 1.3. 1.3.2, 4 e 5, bem como propôs recomendações relativas aos itens 3.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.2, 3.2.3, 9 e 14.2.

1.6 MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA-DIRETORIA GERAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Instada a se manifestar, a SDG opinou pela emissão de **parecer desfavorável** em face das excessivas alterações orçamentárias e desequilíbrio econômico-financeiro, além do não pagamento de dívidas judiciais trabalhistas.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



2. VOTO

2.1. Contas anuais, pertinentes ao exercício de 2015, da **Prefeitura Municipal de Angatuba**.

2.2. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2015, a Prefeitura Municipal aplicou os recursos arrecadados da seguinte forma:

	EFETIVA- DO	ESTABELECI- DO
Resultado da Execução Orçamentária	Déficit de 2,78%¹	
Ensino (<i>Constituição Federal, artigo 212</i>)	28,48%	Mínimo: 25%
Despesas com Profissionais do Magistério (<i>ADCT da Constituição Federal, artigo 60, XII</i>)	73,21%	Mínimo: 60%
Utilização dos recursos do FUNDEB (<i>artigo 21, §2º, da Lei Federal nº 11.494/07</i>)	105,62%	Mínimo: 95% no exercício e 5% no 1º trim. seguinte
Saúde (<i>ADCT da Constituição Federal, artigo 77, inciso III</i>)	30,04%	Mínimo: 15%
Despesas com pessoal (<i>Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 20, III, "b"</i>)	45,18%	Máximo: 54%

2.3. DEMAIS OBRIGAÇÕES LEGAIS / CONSTITUCIONAIS

O Município efetuou os repasses à Câmara Municipal em conformidade com o artigo 29-A da Constituição Federal.
O Município efetuou recolhimento de encargos sociais ² .
O Município NÃO quitou os precatórios devidos no exercício; quitou os requisitórios de baixa monta.

¹ Conforme apurado pela ATJ (fls. 218)

² Realizada compensação unilateral de créditos previdenciários



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



A instrução processual revela que o Executivo de Angatuba cumpriu os limites constitucionais de aplicação na Educação e na Saúde, além de ter respeitado os repasses ao Poder Legislativo.

Entretanto, foram evidenciadas falhas relevantes no setor de finanças, associadas a insuficiente pagamento de precatórios, comprometendo assim os presentes demonstrativos.

2.4 IMPROPRIEDADES QUE COMPROMETEM AS CONTAS ANUAIS

2.4.1 FINANÇAS

Inicialmente, cumpre registrar que a Fiscalização ajustou o valor da receita, retirando o montante de R\$3.905.000,00 referentes a compensações previdenciárias realizadas de forma unilateral pela Prefeitura, valor que havia sido registrado como ingresso de receita de restituição.

De minha parte, tendo em vista que pode haver homologação da compensação realizada e seguindo a linha de recentes julgados desta Corte de Contas, desconsidero o ajuste realizado pela Fiscalização e considero os dados contábeis informados pela Origem para efeito de análise de execução orçamentária.

Mesmo sem considerar o ajuste, verifico que o resultado orçamentário foi deficitário em R\$1.819.056,70, equivalente a 2,78%. O resultado financeiro também foi negativo, tendo encerrado o exercício em R\$1.151.011,50.

Em que pese os déficits serem inferiores a um mês de arrecadação com base na receita corrente líquida³, no contexto ora apresentado comprometem os demonstrativos devido às excessivas alterações orçamentárias efetuadas pelo Executivo.

Foram abertos créditos adicionais e realizadas transferências, remanejamentos e transposições em valor correspondente a 56% da despesa inicial prevista, valor muito superior à inflação do período e que extrapolam, inclusive, a própria autorização prevista na LOA.

Tal ocorrência costuma ser relevada apenas quando não causa desequilíbrio orçamentário, o que não é o caso das presentes contas. Além disso, o município vem incorrendo reincidentemente nessa falha, que é objeto de recomendação ao Executivo de Angatuba desde o exercício de 2013.

³ Um mês de arrecadação = $RCL / 12 = R\$60.252.979,53 / 12 = R\$5.021.081,63$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Agrava a situação o fato de terem sido abertos R\$18,9 milhões de créditos suplementares com base no excesso de arrecadação, sendo que o excesso verificado foi de apenas R\$490 mil, além de créditos especiais no montante de R\$1,25 milhão com fulcro em inexistente superávit de exercício anterior, configurando afronta ao art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 por não haver devida fonte de recurso.

Ressalto que o Município foi alertado por 05 (cinco) vezes sobre o descompasso entre receitas e despesas, enviados sistemicamente por esta Corte, nos termos do art. 59, §1º, I da LRF, sem que o Executivo adotasse as medidas necessárias para evitar o desequilíbrio.

Corroboram para o juízo desfavorável às contas o aumento das dívidas de longo e curto prazo, estando o Município em situação de insuficiência financeira por dispor de apenas R\$0,15 para cada R\$1,00 exigível.

Nesse contexto, **determino** à Origem que adote medidas voltadas à garantia do equilíbrio das contas, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, valendo-se para tanto do adequado planejamento orçamentário e do acompanhamento contínuo de sua execução, especialmente quanto à necessidade de contingenciamento das despesas.

2.4.2 PRECATÓRIOS

O Município quitou o mapa de precatório encaminhado pelo TJ-SP, bem como os requisitórios de baixa monta devidos no exercício.

Não obstante, os precatórios trabalhistas vencidos em 2015 não foram pagos, tendo sido objeto de parcelamento apenas em fevereiro de 2016, aí não sendo observados os princípios da anualidade e da competência. Saliento que, se tivessem sido contabilizados em 2015, tais precatórios agravariam ainda mais a situação econômico-financeira descrita no item anterior.

Além do mais, conforme verificado pela SDG, a Prefeitura descumpriu o acordo, limitando-se a pagar R\$600 mil do montante de R\$984,6 mil devidos. Portanto não foram pagos R\$384,6 mil de precatórios trabalhistas vencidos em 2015, sendo esta mais uma causa a ensejar emissão de parecer desfavorável.

2.5 IMPROPRIEDADES QUE DEMANDAM RECOMENDAÇÕES



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



2.5.1 ENCARGOS SOCIAIS

A instrução processual revelou que a Prefeitura realizou compensações unilaterais em 2015, na ordem de R\$ 3.950.000,00, sem aprovação administrativa da Receita Federal do Brasil, através da contratação da empresa “*Castellucci Figueiredo e Advogados Associados*”, contratada por inexigibilidade, cujo ajuste está sendo analisado no TC-396/016/14 e TC-905/016/14.

Evidente que a compensação unilateral de encargos sociais supostamente indevidos, sem a homologação do órgão fazendário federal ou decisão judicial transitado em julgado, configura procedimento administrativo arriscado, pois pode, no futuro, ser considerada irregular, com a consequente cobrança e acréscimo de juros, correção monetária e multa, o que oneraria os cofres públicos além do necessário.

Todavia, considerando que, para o caso específico de Angatuba, não restou evidenciado prejuízo ao erário ou notícia de contestação por parte da Receita Federal do Brasil até o presente momento, parece-me razoável que a matéria não comprometa os demonstrativos em exame.

Ressalte-se ainda, que a Origem possui o competente Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, emitido pelo próprio ente previdenciário, conforme verificado no site da Receita Federal na *internet*.

A propósito, esse é o entendimento que vem sendo adotado por este Tribunal, que têm afastado a compensação previdenciária como causa de emissão de parecer prévio desfavorável, a exemplo do decidido nos autos dos TC-001775/026/12 e 001769/026/13.

Nada obstante, desde já **alerto** a Origem quanto ao conteúdo do **Comunicado GP Nº 19/2016**⁴, que trouxe esclarecimentos elucidativos sobre essa matéria, destacando que tais serviços podem e devem ser realizados pelos próprios servidores da Administração Municipal, conforme já alertado por meio do **Comunicado SDG nº 32/2013**⁵, além da possibilidade da responsabilização pessoal do gestor em caso de aplicação de multa pela Receita Federal do Brasil, que venha a causar prejuízo ao erário.

Nos termos propostos pela SDG, determino a abertura de **autos apartados** para que a Fiscalização acompanhe o desfecho da compensação nos exercícios sub-

⁴ Publicado no DOE de 23 de julho de 2016.

⁵ Publicado no DOE de 29 de agosto de 2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



sequentes, com vistas a assegurar eventual responsabilização do agente público que autorizou o procedimento.

Finalmente, referida ocorrência deverá ser levada **imediatamente** ao conhecimento da Receita Federal do Brasil e ao Ministério Público Estadual, para adoção das medidas que entender pertinentes.

2.5.2 ENSINO – ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL

As escolas públicas municipais do ensino fundamental de Angatuba foram objeto de inspeção operacional no transcorrer do exercício, objetivando analisar a valorização do corpo docente, as instalações e os recursos pedagógicos essenciais ao pleno desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem.

O relatório da fiscalização revelou ocorrências que, a despeito das medidas anunciadas nas justificativas da Origem, exigem a imediata adoção de medidas corretivas, objetivando a melhoria do ensino fundamental público, tanto no que diz respeito à qualidade das instalações físicas e equipamentos ofertados, quanto à valorização dos profissionais da educação, medida que fica desde já **determinada** à Origem.

A fiscalização, no próximo roteiro “in loco”, verificará as ações efetivamente executadas pelo gestor.

2.5.3 SAÚDE – ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL

No setor da saúde, o acompanhamento da fiscalização pretendeu avaliar o programa de controle da dengue.

Segundo a instrução, constataram-se impropriedades na execução do Programa Municipal de Controle da Dengue, que merecem atenção especial por parte do Executivo, com vistas a aprimorar as ações de combate ao mosquito *aedes aegypti*.

Nos últimos anos são notórios os problemas e consequências causadas pelo mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue, febre amarela, febre zika e chikungunya. Doenças que demandam altos investimentos para tratamento e expõe a população a sérios riscos de saúde, levando inclusive ao óbito.

Dessa forma, **recomendo** que a Prefeitura aprimore o referido programa, com vistas a intensificar as ações de prevenção e combate ao mosquito *aedes aegypti*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



A Fiscalização deverá acompanhar as medidas adotadas pela Prefeitura na ocasião da próxima fiscalização “*in loco*”.

2.5.3 CONTROLE INTERNO

O setor de controle interno está regulamentado no município de Angatuba. Entretanto, foi nomeada servidora em comissão, sem cargo efetivo, para exercer a função de controlador geral. Tal fato contraria o Comunicado SDG nº 32/2012⁶ e prejudica a autonomia necessária para desenvolvimento dos trabalhos pertinentes. Os relatórios periódicos são apenas informativos e não informam ao Prefeito os erros e omissões da Administração.

O sistema de controle interno tem papel essencial no aprimoramento da gestão, mediante a avaliação do desempenho das atividades do Executivo; a conferência da exatidão e fidelidade dos dados contábeis; a análise dos resultados econômico-financeiros, quanto à eficácia e eficiência; a adoção de providências voltadas ao saneamento de irregularidades no exercício corrente, e comunicação de ilegalidades e outras ocorrências ao Tribunal de Contas do Estado.

As ocorrências registradas pela Fiscalização revelam a necessidade de adoção de providências voltadas ao aprimoramento do setor, objetivando uma atuação mais efetiva e eficiente, medida que fica desde já **recomendada**.

2.5.3 DEMAIS APONTAMENTOS

No item sobre execução contratual, a Fiscalização verificou a possibilidade de ter havido pagamentos a maior para a contratada Nova Fonte Serviços de Transporte Ltda. ME, motivo pelo qual proponho a análise em **autos próprios** dos Pregões Presenciais nº 30/2013 e nº 27/2014.

As falhas registradas nos itens 2.1 – *Cumprimento das Exigências Legais*, 3.1 – *Ensino*, 3.1.2 – *Demais Aspectos Relacionados à Educação*, 3.2 – *Saúde*, 3.2.2 – *Demais Aspectos Relacionados à Saúde* podem ser alçadas ao campo das recomendações, devendo a Prefeitura Municipal implementar ações para que as mesmas não voltem a se repetir.

2.6 CONCLUSÃO

Ante o exposto, no mérito, acompanho o posicionamento unânime dos órgãos

⁶ Publicado no DOE de 29/09/2012



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



técnicos da casa e do Ministério Público de Contas e **VOTO** pela emissão de **PARECER DESFAVORÁVEL** à aprovação das contas anuais, atinentes ao exercício de 2015, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA**, ressalvando os atos pendentes de apreciação por esta Corte.

Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as seguintes **recomendações** e **determinações**:

- Envide esforços na obtenção de superávit orçamentário e financeiro, a fim de equilibrar as contas Municipais (*determinação*);
- Aperfeiçoe o planejamento, com vistas a reduzir o percentual de alterações orçamentárias, tal qual orienta o Comunicado SDG nº 29/2010 (*determinação*);
- Efetue o recolhimento da totalidade dos encargos sociais no exercício em que são devidos;
- Aprimore o planejamento das despesas do ensino, com vistas a eliminar as falhas contatadas pela fiscalização e tornar os gastos mais eficientes;
- Aprimore o Programa Municipal de Controle da Dengue, com vistas a intensificar as ações de prevenção e combate ao mosquito *aedes aegypti*;
- Aprimore o Setor de Controle Interno, que deverá ser composto apenas por servidores efetivos, conforme Comunicado SDG nº 32/2012;
- Registre corretamente os dados contábeis inseridos no Sistema Audesp, de modo a garantir a fidedignidade das informações prestadas;
- Atenda às recomendações e determinações do Tribunal de Contas;
- Adote medidas voltadas ao saneamento das falhas apontadas nos itens 2.1 – *Cumprimento das Exigências Legais*, 3.1 – *Ensino*, 3.1.2 – *Demais Aspectos Relacionados à Educação*, 3.2 – *Saúde*, 3.2.2 – *Demais Aspectos Relacionados à Saúde*.

Os expedientes que subsidiaram a matéria deverão acompanhar as presentes contas após o trânsito em julgado.

Proponho a formação de **autos próprios** para análise dos Pregões Presenciais nº 30/2013 e nº 27/2014, vencidos pela empresa Nova Fonte Serviços e Transportes Ltda. ME, com foco nos pagamentos efetuados à contratada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Nos termos propostos pela SDG, determino a abertura de **autos apartados** para que a Fiscalização acompanhe o desfecho da compensação nos exercícios subsequentes, com vistas a assegurar eventual responsabilização do agente público que autorizou o procedimento.

Finalmente, referida ocorrência deverá ser levada imediatamente ao conhecimento da **Receita Federal do Brasil e Ministério Público Estadual**, para adoção das medidas que entender pertinentes.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
CONSELHEIRO